

DÖHLER S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012

(Em milhares de Reais exceto quando indicado de outra forma)

NOTA 1 - INFORMAÇÕES SOBRE A COMPANHIA

A Empresa DÖHLER S.A. é uma Companhia aberta e está registrada na Bovespa. Está registrada no CNPJ - Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas sob o nº 84.683.408/0001-03, e NIRE – Número de Inscrição de Registro de Empresas nº 4230000515-1. Está sediada na cidade de Joinville (SC), Rua Arno Waldemar Döhler, nº 145, Zona Industrial Norte, CEP 89.219-902.

A DÖHLER S.A. tem como atividade preponderante a fabricação de tecidos de fibras de algodão, artificiais, sintéticas ou mistas para uso doméstico ou industrial, seus artefatos e respectiva comercialização.

A emissão destas demonstrações financeiras consolidadas foi autorizada pela Administração em 28 de janeiro de 2013.

NOTA 2 - BASES DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras da Companhia e de suas controladas compreendem:

a) Demonstrações Financeiras Individuais da Controladora

As demonstrações financeiras individuais da controladora foram elaboradas e estão sendo apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, com atendimento integral da Lei nº 11.638/07 e Lei nº 11.941/09, e pronunciamentos emitidos pelo CPC - Comitê de Pronunciamentos Contábeis e aprovados pelo CFC - Conselho Federal de Contabilidade e pela CVM – Comissão de Valores Mobiliários. As demonstrações financeiras individuais apresentam a avaliação dos investimentos em controladas pelo método da equivalência patrimonial, de acordo com a legislação brasileira vigente, dessa forma, não são consideradas como estando conforme as IFRS, que exigem a avaliação desses investimentos nas demonstrações separadas da controladora pelo custo ou valor justo.

b) Demonstrações Financeiras Consolidadas

As demonstrações financeiras consolidadas foram elaboradas e estão sendo apresentadas em conformidade com as normas internacionais de contabilidade (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standard Board - IASB* e também de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, com atendimento integral da Lei nº 11.638/07 e Lei nº 11.941/09, e pronunciamentos emitidos pelo CPC - Comitê de Pronunciamentos Contábeis e aprovados pelo CFC - Conselho Federal de Contabilidade e pela CVM – Comissão de Valores Mobiliários.

Como não existe diferença entre o patrimônio líquido consolidado e o resultado consolidado atribuíveis aos acionistas da controladora, constantes nas demonstrações financeiras consolidadas preparadas de acordo com as IFRS e as práticas contábeis adotadas no Brasil, e o patrimônio líquido e o resultado da controladora, constantes nas demonstrações financeiras individuais preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, a Companhia optou por apresentar essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas em um único conjunto.



NOTA 3 - RESUMO DAS PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

3.1. Demonstrações Financeiras Consolidadas

As demonstrações financeiras consolidadas são compostas pelas demonstrações financeiras da Döhler S.A. e suas controladas apresentadas abaixo:

		% de Participação		
Controlada	País	31/12/2012	31/12/2011	
Comfio – Cia. Catarinense de Fiação.	Brasil	99,62%	99,62%	
Döhler USA Inc.	USA	100,00%	100,00%	

Os critérios adotados na consolidação são aqueles previstos na Lei nº 6.404/76 com as alterações promovidas pela Lei nº 11.638/07 e Lei nº 11.941/09, dos quais destacamos os seguintes:

- a) Eliminação dos saldos das contas ativas e passivas decorrentes das transações entre as sociedades incluídas na consolidação;
- b) Eliminação dos investimentos nas sociedades controladas na proporção dos seus respectivos patrimônios;
- c) Eliminação das receitas e das despesas decorrentes de negócios com as sociedades incluídas na consolidação; e,
- d) Padronização das políticas contábeis e dos procedimentos usados pelas sociedades incluídas nestas demonstrações financeiras consolidadas com os adotados pela controladora, com o propósito de apresentação usando bases de classificação e mensuração uniformes.

3.2. Classificação de Itens Circulantes e Não-Circulantes

No Balanço Patrimonial, ativos e obrigações vincendas ou com expectativa de realização dentro dos próximos 12 meses são classificados como itens circulantes e aqueles com vencimento ou com expectativa de realização superior a 12 meses são classificados como itens não circulantes.

3.3. Compensação Entre Contas

Como regra geral, nas demonstrações financeiras, nem ativos e passivos, ou receitas e despesas são compensados entre si, exceto quando a compensação é requerida ou permitida por um pronunciamento ou norma brasileira de contabilidade e esta compensação reflete a essência da transação.

3.4. Transações em Moeda Estrangeira

Os itens nestas demonstrações financeiras são mensurados em moeda funcional Reais (R\$) que é a moeda do principal ambiente econômico em que a empresa atua e na qual é realizada a maioria de suas transações, e são apresentados nesta mesma moeda.

Transações em outras moedas são convertidas para a moeda funcional conforme determinações do Pronunciamento Técnico CPC 02 - Efeitos das Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Financeiras. Os itens monetários são convertidos pelas taxas de fechamento e os itens não-monetários pelas taxas da data da transação.



3.5. Caixa e Equivalentes de Caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem numerário em poder da empresa, depósitos bancários de livre movimentação e aplicações financeiras de liquidez imediata, registradas aos valores de custo acrescidas dos rendimentos auferidos até a data do encerramento do período, de acordo com as taxas pactuadas com as instituições financeiras e não excedem o seu valor de mercado ou de realização.

3.6. Ativos Financeiros

A Companhia classifica seus ativos financeiros sob as seguintes categorias: mensurados ao valor justo por meio do resultado, recebíveis e disponíveis para venda. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos. A administração determina a classificação de seus ativos financeiros no reconhecimento inicial.

(a) Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado

Os ativos financeiros mensurados ao valor justo através do resultado são ativos financeiros mantidos para negociação. Um ativo financeiro é classificado nessa categoria se foi adquirido, principalmente, para fins de venda no curto prazo. Os ativos dessa categoria são classificados como ativos circulantes.

(b) Recebíveis

Os recebíveis são ativos financeiros não-derivativos com pagamentos fixos ou determináveis, que não são cotados em um mercado ativo. São incluídos como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data de emissão do balanço (estes são classificados como ativos não-circulantes). Os recebíveis da Companhia compreendem "contas a receber de clientes e demais contas a receber" e "caixa e equivalentes de caixa".

(c) Ativos financeiros disponíveis para venda

Os ativos financeiros disponíveis para venda são, não-derivativos, que são designados nessa categoria ou que não são classificados em nenhuma outra categoria. Eles são incluídos em ativos não-circulantes, a menos que a administração pretenda alienar o investimento em até 12 meses após a data do balanço. Os juros calculados com base no método da taxa efetiva, os ganhos ou perdas com variação cambial, e as perdas por redução ao valor recuperável quando aplicável, são reconhecidos na demonstração do resultado quando incorridos, e as variações decorrentes da diferença entre o valor do investimento atualizado pelas condições contratuais e a avaliação ao valor justo são reconhecidas no patrimônio líquido diretamente na reserva de disponíveis para venda dentro dos outros resultados abrangentes, enquanto o ativo não for realizado, sendo reclassificadas para o resultado após a realização, líquida dos efeitos tributários.

Reconhecimento e mensuração:

As compras e as vendas regulares de ativos financeiros são reconhecidas na data de negociação - data na qual a Companhia se compromete a comprar ou vender o ativo. Os ativos financeiros ao valor justo por meio de resultado são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo. Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa dos investimentos tenham vencido ou tenham sido transferidos; neste último caso, desde que a Companhia tenha transferido, significativamente, todos os riscos e os benefícios da propriedade. Os ativos financeiros disponíveis para venda e os ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são, subsequentemente, contabilizados pelo valor justo. Os recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa efetiva de juros.

A Companhia avalia, na data do balanço, se há evidência objetiva de perda em um ativo financeiro ou um grupo de ativos financeiros.



3.7. Contas a Receber de Clientes

As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber de clientes pela venda de produtos, mercadorias ou prestação de serviços no decurso normal das atividades da Companhia.

As contas a receber de clientes, inicialmente, são reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa de juros efetiva menos a provisão para perdas no recebimento de créditos. Normalmente na prática são reconhecidas ao valor faturado ajustado a valor presente, quando relevante, ajustado pela provisão para perdas se necessária.

3.8. Estoques

Os estoques são avaliados e estão demonstrados ao custo médio de aquisição e/ou produção, considerando o método de absorção total para os custos industriais, deduzido de provisão para perdas, quando aplicável. A análise para a constituição de provisão considera a aplicabilidade, a capacidade de recuperação, realização e sinais de obsolescência.

3.9. Investimentos

Os investimentos permanentes em sociedades controladas são avaliados pelo método da equivalência patrimonial. Os demais investimentos estão avaliados pelo método do custo, reduzidos ao seu valor recuperável quando aplicável.

3.10. Imobilizado

A Companhia, com o objetivo de mensurar seus ativos imobilizados a valor justo, efetuou em 2010 a avaliação pelo custo atribuído. Os ativos não avaliados pelo custo atribuído são avaliados ao custo de aquisição e/ou construção, acrescido de juros capitalizados durante o período de construção, quando aplicável, deduzido das respectivas depreciações, com exceção de terrenos, que não são depreciados. Estão inclusos os custos incorridos dos empréstimos durante o período de construção, modernização e expansão de unidades industriais.

Os gastos com manutenção ou reparos, que não aumentam significativamente a vida útil dos bens, são contabilizados como despesas, quando ocorridos. Os ganhos e as perdas em alienações são apurados comparando-se o produto da venda com o valor residual contábil e são reconhecidos na demonstração do resultado.

A depreciação é calculada pelo método linear e leva em consideração a vida útil econômica dos bens. A vida útil econômica dos bens é revisada periodicamente com objetivo de adequar as taxas de depreciação.

Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se apropriado, ao final de cada exercício. O valor contábil de um ativo é imediatamente ajustado se este for maior que seu valor recuperável estimado.

3.11. Intangível

As licenças de software adquiridas são capitalizadas com base nos custos incorridos para adquirir os softwares e fazer com que eles estejam prontos para ser utilizados. Esses custos são amortizados durante sua vida útil estimada.

3.12. Avaliação a valor recuperável de ativos

Os ativos que estão sujeitos à depreciação ou amortização são revisados para a verificação de impairment sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável.

Uma perda por impairment é reconhecida pelo valor ao qual o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável. Este último é o valor mais alto entre o valor justo de um ativo menos os custos de venda e o valor em uso.



Para fins de avaliação do impairment, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existam fluxos de caixa identificáveis separadamente (Unidades Geradoras de Caixa - UGC). Os ativos não financeiros, exceto o ágio, que tenham sofrido impairment, são revisados para a análise de uma possível reversão do impairment na data de apresentação das demonstrações financeiras.

3.13. Contas a Pagar a Fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso ordinário dos negócios e são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa de juros efetiva. Na prática, são normalmente reconhecidas ao valor da fatura correspondente, ajustada a valor presente quando relevante.

3.14. Empréstimos e Financiamentos

Os empréstimos e financiamentos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos da transação incorridos e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor de resgate é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos estejam em andamento, utilizando o método da taxa de juros efetiva.

3.15. Provisões

As provisões são reconhecidas quando a Companhia e as suas controladas têm a obrigação presente ou não formalizada como resultado de eventos passados, sendo provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e o valor possa ser estimado com segurança. As provisões são revisadas periodicamente observadas as suas naturezas e apoiadas na opinião dos advogados da Companhia.

3.16. Imposto de Renda e Contribuição Social

As despesas fiscais do período compreendem o imposto de renda corrente e diferido. O imposto é reconhecido na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiver relacionado com itens reconhecidos diretamente no patrimônio. Nesse caso, o imposto também é reconhecido no patrimônio.

O encargo de imposto de renda corrente é calculado com base nas leis tributárias promulgadas na data do balanço do país em que a Companhia atua e gera lucro real e lucro presumido. A administração avalia, periodicamente, as posições assumidas pela Companhia nas declarações de impostos de renda com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações. Estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores que deverão ser pagos às autoridades fiscais.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos lançados no ativo não circulante ou no passivo não circulante decorrem de prejuízos fiscais e bases negativas da contribuição social e de diferenças temporárias originadas entre receitas e despesas lançadas no resultado, entretanto, adicionadas ou excluídas temporariamente na apuração do lucro real e da contribuição social. Os ativos decorrentes de créditos tributários diferidos somente são reconhecidos quando há expectativa da geração de resultados futuros suficientes para compensá-los.

3.17. Subvenções Governamentais

As subvenções governamentais são reconhecidas quando há razoável segurança de que foram cumpridas as condições estabelecidas pelos governos concedentes e são apuradas e regidos de acordo com os contratos, termos de acordo e legislação aplicáveis a cada benefício, conforme descrito nas nota explicativas 19 e 28. Os efeitos no resultado são registrados na contabilidade no regime de competência, onde os ganhos são contabilizados no grupo das



deduções de vendas, e os valores que foram financiados são registrados no passivo circulante e não circulante e atualizados conforme os respectivos contratos.

3.18. Benefícios a Empregados

A empresa reconhece um passivo e uma despesa de participação nos resultados de até 10% do lucro líquido consolidado após os impostos, com base em programa devidamente aprovado pelo sindicato da classe laboral e que leva em conta a avaliação de desempenho e metas setoriais.

3.19. Apuração do Resultado

O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil da competência dos exercícios, tanto para o reconhecimento de receitas quanto de despesas.

3.20. Reconhecimento da Receitas de Vendas

A receita de venda de produtos e serviços é reconhecida no resultado quando todos os riscos e benefícios inerentes ao produto são transferidos para o comprador e é provável que benefícios econômicos serão gerados a favor da Companhia.

3.21. Dividendos

A distribuição de dividendos para os acionistas da Companhia é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras ao final do exercício, com base no estatuto social da Companhia.

NOTA 4 - JULGAMENTO E USO DE ESTIMATIVAS CONTÁBEIS

O processo de elaboração das demonstrações financeiras envolve a utilização de estimativas. A determinação dessas estimativas levou em consideração experiências de eventos passados e correntes, pressupostos relativos a eventos futuros, e outros fatores objetivos e subjetivos. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem:

- a) revisão da vida útil e valor residual dos ativos imobilizados e intangíveis e de sua recuperação nas operações;
- b) mensuração do valor justo de instrumentos financeiros;
- c) passivos contingentes que são provisionados de acordo com a expectativa de êxito, obtida e mensurada em conjunto a assessoria jurídica da empresa.

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido às imprecisões inerentes ao processo de estimativa. Essas estimativas e premissas são revisadas periodicamente.

NOTA 5 - GERENCIAMENTO DE RISCOS DE INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Em atendimento as Deliberações CVM nº 604 de 19 de novembro de 2009, e 684 de 30 de agosto de 2012, que aprovou os Pronunciamentos Técnico CPC nºs 38, 39 e 40, e a Instrução CVM 475, de 17 de dezembro de 2008, a Companhia e suas controladas revisaram os principais instrumentos financeiros ativos e passivos, bem como os



critérios para a sua valorização, avaliação, classificação e os riscos a eles relacionados, os quais estão descritos a seguir:

- a) **Recebíveis:** São classificados como recebíveis os valores de caixa e equivalentes de caixa, contas a receber e outros ativos circulantes, cujos valores registrados aproximam-se, na data do balanço, aos de realização.
- b) Aplicações Financeiras: As aplicações são classificadas como mantidas para negociação ou como caixa e equivalentes de caixa, quando resgatáveis em curtíssimo prazo (inferior a 90 dias). Os valores registrados equivalem, na data do balanço, aos seus valores de mercado, com as variações nesses valores refletidas na demonstração do resultado.
- c) Outros passivos financeiros: São classificados neste grupo os empréstimos e financiamentos, os saldos mantidos com fornecedores e outros passivos circulantes. Os empréstimos e financiamentos são classificados como passivos financeiros não mensurados ao valor justo, e estão contabilizados pelos seus valores contratuais.
- d) Valor justo: Os valores justos dos instrumentos financeiros são iguais aos valores contábeis.
- e) **Gerenciamento de riscos de instrumentos financeiros:** A Administração da Companhia realiza o gerenciamento a exposição aos riscos de taxas de juros, preço de commodities (algodão), câmbio, crédito e liquidez em suas operações com instrumentos financeiros dentro de uma política global de seus negócios.

· Riscos de taxas de juros

O objetivo da política de gerenciamentos de taxas de juros da Companhia é o de minimizar as possibilidades de perdas por conta de flutuações nas taxas de juros que aumentem as despesas financeiras relativas a empréstimos e financiamentos captados no mercado.

A Companhia e suas controladas monitoram continuamente as taxas de juros de mercado com o objetivo de avaliar a eventual necessidade de contratação de operações para se proteger contra o risco de volatilidade dessas taxas e adotam política conservadora de captação e aplicação de seus recursos financeiros.

· Risco de crédito

A Companhia não possui concentração de risco de crédito de clientes, em decorrência da diversificação da carteira de clientes, além do contínuo acompanhamento dos prazos de financiamento das vendas.

Quanto ao risco de crédito associado às aplicações financeiras e equivalentes de caixa, a Companhia somente realiza operações em instituições com baixo risco de crédito.

Risco de liquidez

A política de gerenciamento de riscos implica em manter um nível seguro de disponibilidades de caixa ou acessos a recursos imediatos. Dessa forma, a Companhia possui aplicações com vencimento em curto prazo e com liquidez imediata.

• Gestão de risco de capital

Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade de suas operações, para oferecer retorno aos seus acionistas e garantia às demais partes interessadas, além de manter uma adequada estrutura de capital.

Risco de Preco de Commodities (algodão)

A Companhia possui contratos de compra de algodão com entregas futuras programadas e preço determinado. Em 31 de dezembro de 2012 o montante contratado é de R\$ 21.944.



• Risco de Exposição Cambial

Em 31 de dezembro de 2012, a Companhia possuía uma exposição cambial contábil de US\$ 2.202, cuja composição encontra-se detalhada no quadro de "Análise de Sensibilidade da Exposição Cambial" desta Nota Explicativa.

Análise de Sensibilidade de Instrumentos Financeiros

A fim de apresentar os riscos que podem gerar prejuízos significativos para a Companhia, apresentamos a seguir demonstrativo de análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros que apresentam risco associado à variação na taxa de câmbio. A Companhia adotou como cenário provável a taxa de mercado futuro vigente na elaboração destas demonstrações financeiras.

Descrição da Operação	31/12/2012	Cenário I	Cenário II	Cenário III
Clientes no Mercado Externo	12.065	12.065	9.049	6.033
Cambial Disponível	737	737	553	369
Adiantamento Contrato de Câmbio	(8.257)	(8.257)	(6.193)	(4.129)
Fornecedores Exterior	(45)	(45)	(34)	(23)
Exposição Líquida - R\$	4.500	4.500	3.375	2.250
Ganho/Perda			(1.125)	(2.250)
Exposição Líquida - US\$	2.202	2.202	2.202	2.202
Taxa Dólar	2,0435	2,0435	1,5326	1,0218

A Companhia entende que os demais instrumentos financeiros não apresentaram riscos relevantes, e portanto, dispensam a demonstração da análise de sensibilidade, referida na Instrução CVM nº 475/08 e Deliberação CVM nº 550/08.

NOTA 6 - INSTRUMENTOS FINANCEIROS POR CATEGORIA

	Controladora		Consolidado	
•	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2012	31/12/2011
ATIVOS FINANCEIROS				,
Mensurado pelo Valor Justo por meio do Resultado				
Caixa e Equivalentes de Caixa	59.480	46.789	63.725	54.529
Recebíveis				
Caixa e Equivalentes de Caixa	1.795	1.866	2.010	2.130
Contas a Receber de Clientes	86.263	78.769	85.063	78.209
Depósitos Judiciais	428	407	458	435
	88.486	81.042	87.531	80.774
Disponíveis para Venda				
Ações	935	2.394	1.508	3.862
TOTAL ATIVOS FINANCEIROS	148.901	130.225	152.764	139.165
PASSIVOS FINANCEIROS				
Outros Passivos Financeiros				
Fornecedores	15.811	14.413	10.032	6.587
Empréstimos e Financiamentos	35.287	19.050	35.287	19.050
TOTAL PASSIVO FINANCEIRO	51.098	33.463	45.319	25.637



NOTA 7 - CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	Control	Controladora		idado
	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2012	31/12/2011
Caixa e Bancos Conta Movimento	1.058	1.043	1.273	1.307
Aplicações Financeiras	59.480	46.789	63.725	54.529
Cambial Disponível	737	823	737	823
Total de Caixa e Equivalentes	61.275	48.655	65.735	56.659

NOTA 8 - CONTAS A RECEBER DE CLIENTES E DEMAIS CONTAS A RECEBER

	Control	adora	Consoli	dado
	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2012	31/12/2011
Contas a Receber de Clientes	87.933	81.317	88.187	81.594
Contas a Receber de Empresas Ligadas	1.454	837	-	-
Cambial Disponível	(737)	(823)	(737)	(823
Impairment (Provisão para Perdas)	(2.387)	(2.562)	(2.387)	(2.562
Contas a Receber de Clientes	86.263	78.769	85.063	78.20
Adiantamentos	4.655	4.608	5.050	4.835
Valores Mobiliários	-	2.394	-	3.862
Outros Créditos a Receber	524	754	545	770
Créditos a Receber	5.179	7.756	5.595	9.467
Parcela Circulante	91.442	86.525	90.658	87.670
Valores Mobiliários	935	-	1.508	-
Outras Contas a Receber	10	21	18	38
Outros Créditos	945	21	1.526	38
Parcela Não-Circulante	945	21	1.526	38
Total a Receber de Clientes	86.263	78.769	85.063	78.209
Total das Demais Contas a Receber	6.124	7.777	7.121	9.505
Total Geral	92.387	86.546	92.184	87.714
	Controla	dora	Consoli	
Aging List Contas a Receber de Clientes	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2012	31/12/201
Vencidos em até 180 dias	7.846	3.555	6.401	2.952
Vencidos acima de 180 dias	2.298	2.584	2.298	3.18
A vencer em até 60 dias	61.012	53.173	61.209	52.613
A vencer entre 60 e 120 dias	16.858	20.216	16.906	20.216
A vencer acima de 120 dias	1.373	2.626	1.373	2.626
Contas a Receber de Clientes	89.387	82.154	88.187	81.59
	Controla	dora	Consoli	dado
Contas a Receber por Tipo de Moeda	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2012	31/12/201
Reais	77.322	73.050	77.325	73.045
		0.404	10.000	8.549
US\$	12.065	9.104	10.862	0.01
	12.065 89.387	9.104 82.154	88.187	
		82.154		81.594
Contas a Receber de Clientes	89.387	82.154	88.187	81.594 dado
Contas a Receber de Clientes Movimentação da Provisão Impairment	89.387 Controla	82.154 dora	88.187 Consoli	81.594 dado 31/12/201 ²
Contas a Receber de Clientes Movimentação da Provisão Impairment Saldo Anterior	89.387 Controla 31/12/2012 2.562	82.154 adora 31/12/2011 2.848	88.187 Consolid 31/12/2012 2.562	81.594 dado 31/12/201 ² 2.848
US\$ Contas a Receber de Clientes Movimentação da Provisão Impairment Saldo Anterior Títulos Baix ados Contra a Provisão Provisão Constituída Durante o Exercício	89.387 Controla 31/12/2012	82.154 adora 31/12/2011	88.187 Consolid	81.594



NOTA 9 - ESTOQUES

	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2012	31/12/2011
Produtos Acabados	20.856	23.275	22.377	24.178
Produtos em Elaboração	24.940	22.490	25.198	22.733
Matérias Primas	33.628	29.298	34.906	30.586
Materiais Diversos	7.489	6.750	9.147	8.400
Provisão p/Redução ao Valor Recuperável dos Estoques	(330)	-	(330)	-
Total dos Estoques	86.583	81.813	91.298	85.897

NOTA 10 - IMPOSTOS A RECUPERAR

	Control	adora	Consolidado		
	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2012	31/12/2011	
IRPJ e CSLL a Compensar	2.333	4.003	2.408	4.114	
IPI	515	399	634	500	
ICMS Sobre Ativo Imobilizado	1.260	1.272	1.344	1.370	
ICMS	-	-	1.929	1.716	
Outros Tributos	689	40	689	40	
Parcela Circulante	4.797	5.714	7.004	7.740	
Créditos Refis - Cômite Gestor	5.713	6.708	5.713	6.708	
ICMS sobre Ativo Imobilizado	800	1.809	882	1.964	
Créditos ICMS a Compensar	-	-	2.711	-	
Parcela Não-Circulante	6.513	8.517	9.306	8.672	
Total de Impostos a Recuperar	11.310	14.231	16.310	16.412	

NOTA 11 - INVESTIMENTOS EM SOCIEDADES CONTROLADAS

Nas demonstrações financeiras da controladora estão reconhecidos os seguintes investimentos em sociedades controladas, avaliados pelo patrimônio líquido das investidas, conforme participação em cada empresa:

	Controladora			
	31/12/2012	31/12/2011		
Saldo no início do período	48.880	48.789		
Equivalência patrimonial:				
Participação nos Resultados	4.227	5.074		
Patrimônio Líquido Negativo	204	-		
Ajuste Conversão de Moedas	(10)	-		
Ajuste Instrumentos Financeiros	(892)	-		
Dividendos	(4.303)	(4.983)		
Saldo no final do período	48.106	48.880		



Controladora

				Patrim ônio			% de	Patrimônio
Nome	País	Ativos	Passivos	Líquido	Receitas	Resultado	Participação	Equivalente
Em 31 de dezembro de 2011						•		
Comfio	Brasil	58.761	8.740	49.053	44.572	5.110	99,62%	48.868
Döhler U.S.A.	EUA	848	840	12	1.211	(36)	100%	12
	-	59.609	9.580	49.065	45.783	5.074	•	48.880
Em 31 de dezembro de 2012								
Comfio	Brasil	57.199	8.910	48.289	37.242	4.450	99,62%	48.106
Döhler U.S.A.	EUA	1.266	1.470	(204)	1.330	(206)	100%	(204)
	_	58.465	10.380	48.085	38.572	4.244	_	47.902

NOTA 12 - IMOBILIZADO

Controladora	Terrenos	Edifíc. e Benf.	Maquinas e Equip.	Móveis e Utensílios	Veículos	Outros	Imobilizado em Andamento	Total
Taxas Depreciação Vida Útil		2%	3 a 5%	7 a 10%	20%			
Em 31 de dezembro de 2010								
Custo	87.224	76.765	258.383	8.610	1.371	44	7.708	440.105
Depreciação Acumulada	_	(21.191)	(183.698)	(5.985)	(1.109)	_	-	(211.983)
Valor líquido contábil	87.224	55.574	74.685	2.625	262	44	7.708	228.122
Saldo Inicial	87.224	55.574	74.685	2.625	262	44	7.708	228.122
Adições	07.224	55.574	982	421	337		6.608	8.348
Baixas	_	_	(114)		(68)	_	0.000	(209)
Transferências	_	567	8.818	155	8	_	(9.548)	(200)
Depreciação	_	(1.964)	(4.004)		(42)	_	-	(6.347)
Baix as da Depreciação	-	-	114	25	68	_	-	207
Saldo Final	87.224	54.177	80.481	2.862	565	44	4.768	230.121
Em 31 de dezembro de 2011								
Custo	87.224	77.332	268.069	9.159	1.648	44	4.768	448.244
Depreciação Acumulada	-	(23.155)	(187.588)	(6.297)	(1.083)	-	-	(218.123)
Valor líquido contábil	87.224	54.177	80.481	2.862	565	44	4.768	230.121
Saldo Inicial	87.224	54.177	80.481	2.862	565	44	4.768	230.121
Adições	07.221	-	621	274	219	-	16.822	17.936
Baixas	_	_	(534)	(125)	(26)	_	10.022	(685)
Transferências	_	1.478	8.671	34	54	_	(10.237)	(000)
Depreciação	_	(1.983)	(4.263)	(379)	(79)	_	(.0.20.)	(6.704)
Baix as da Depreciação	_	-	488	122	23	_	_	633
Saldo Final	87.224	53.672	85.464	2.788	756	44	11.353	241.301
= a 4 1 1 1 a 575				_	_			
Em 31 de dezembro de 2012	07.007	70.040	070.00	0.010	4.00=	4.	44.0-0	405 405
Custo	87.224	78.810	276.827	9.342	1.895	44	11.353	465.495
Depreciação Acumulada		(25.138)	(191.363)	(6.554)	(1.139)	-	- 44.050	(224.194)
Valor líquido contábil	87.224	53.672	85.464	2.788	756	44	11.353	241.301



Consolidado	Terrenos	Edifíc. e Benf.	Maquinas e Equip.	Móveis e Utensílios	Veículos	Outros	Imobilizado em Andamento	Total
Taxas Depreciação Vida Útil		2%	3 a 5%	7 a 10%	20%			
Em 31 de dezembro de 2010								
Custo	99.361	96.581	302.687	9.407	1.404	44	7.708	517.192
Depreciação Acumulada	-	(27.189)	(221.496)	(6.700)	(1.143)	_	-	(256.528)
Valor líquido contábil	99.361	69.392	81.191	2.707	261	44	7.708	260.664
Saldo Inicial	99.361	69.392	81.191	2.707	261	44	7.708	260.664
Adições	-	_	1.066	429	339	_	8.786	10.620
Baixas	-	_	(114)	(27)	(68)	_	-	(209)
Transferências	-	567	9.948	178	8	_	(10.701)	-
Depreciação	-	(2.504)	(4.338)	(350)	(43)	_	-	(7.235)
Baix as da Depreciação	-		114	23	68	-	-	205
Saldo Final	99.361	67.455	87.867	2.960	565	44	5.793	264.045
Em 31 de dezembro de 2011								
Custo	99.361	97.148	313.587	9.987	1.683	44	5.793	527.603
Depreciação Acumulada	-	(29.693)	(225.720)	(7.027)	(1.118)	_	-	(263.558)
Valor líquido contábil	99.361	67.455	87.867	2.960	565	44	5.793	264.045
Saldo Inicial	99.361	67.455	87.867	2.960	565	44	5.793	264.045
Adições	-	-	830	315	258	_	19.198	20.601
Baixas	-	(9)	(1.528)	(162)	(26)	_	-	(1.725)
Transferências	=	2.385	9.099	37	54	-	(11.575)	-
Depreciação	-	(2.537)	(4.630)	(391)	(81)	-	-	(7.639)
Baix as da Depreciação	-	9	1.435	160	24	-	-	1.628
Saldo Final	99.361	67.303	93.073	2.919	794	44	13.416	276.910
Em 31 de dezembro de 2012								
Custo	99.361	99.524	321.988	10.177	1.969	44	13.416	546.479
Depreciação Acumulada	=	(32.221)	(228.915)	(7.258)	(1.175)	-	-	(269.569)
Valor líquido contábil	99.361	67.303	93.073	2.919	794	44	13.416	276.910

A Companhia procedeu a Revisão Anual da Vida Útil Econômica do Ativo Imobilizado de acordo a deliberação CVM nº 583, de 31 de julho de 2009, que aprova o Pronunciamento Técnico CPC 27 o qual aborda o assunto do ativo imobilizado e sua vida útil e a deliberação CVM nº 619, de 22 de dezembro 2009 que aprova a Interpretação Técnica ICPC 10.

Na determinação da revisão da política de estimativa de vida útil, os principais critérios utilizados pelos técnicos foram o estado de conservação dos bens, política de manutenção, evolução tecnológica, a política de renovação dos ativos, e a experiência da Companhia com seus ativos.



NOTA 13 - INTANGÍVEL

Software	Controladora	Consolidado
Taxa de Amortização	10%	10%
Em 31 de Dezembro de 2010		
Custo	2.198	2.572
Amortização Acumulada	(1.108)	(1.117)
Valor líquido contábil	1.090	1.455
Saldo Inicial	1.090	1.455
Adições	202	260
Amortização	(162)	(199)
Saldo Final	1.130	1.516
Em 31 de dezembro de 2011		
Custo	2.400	2.832
Amortização Acumulada	(1.270)	(1.316)
Valor líquido contábil	1.130	1.516
Saldo Inicial	1.130	1.516
Adições	330	330
Baixas	(5)	(5)
Amortização	(301)	(386)
Baixas da Amortização	5	5
Saldo Final	1.159	1.460
Em 31 de dezembro de 2012		
Custo	2.725	3.157
Amortização Acumulada	(1.566)	(1.697)
Valor líquido contábil	1.159	1.460

NOTA 14 - RECUPERABILIDADE DOS ATIVOS (IMPAIRMENT)

Anualmente ou quando houver indicação que uma perda foi sofrida, a empresa realiza o teste de recuperabilidade dos saldos contábeis de ativos intangíveis, imobilizado e outros ativos não circulantes, para determinar se estes ativos sofreram perdas por *"impairment"*. Estes testes são realizados de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 01 - Redução ao Valor Recuperável de Ativos.

Em 31 de dezembro de 2012 a empresa realizou o teste de recuperabilidade para os ativos intangíveis, imobilizado e outros ativos, não sendo identificadas perdas por "impairment".



NOTA 15 - FORNECEDORES E OUTRAS OBRIGAÇÕES

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2012	31/12/2011
Contas a Pagar a Fornecedores	8.767	5.471	10.032	6.587
Contas a Pagar a Empresas Ligadas	7.044	8.942	-	-
Contas a Pagar a Fornecedores	15.811	14.413	10.032	6.587
Comissões a Pagar	3.575	3.177	3.575	3.177
Passivos com Partes Relacionadas	2.094	781	1.894	781
Outras Contas a Pagar	596	338	623	374
Outras Obrigações a Pagar	6.265	4.296	6.092	4.332
Parcela Circulante	22.076	18.709	16.124	10.919
Total a Pagar a Fornecedores	15.811	14.413	10.032	6.587
Total de Outras Contas a Pagar	6.265	4.296	6.092	4.332
Total Geral	22.076	18.709	16.124	10.919
Aging List Contas a Pagar	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2012	31/12/2011
A vencer em até 3 meses	15.811	14.413	10.032	6.587
Contas a Pagar a Fornecedores	15.811	14.413	10.032	6.587
	Controlad	lora	Consolida	ado
Contas a Pagar por Tipo de Moeda	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2012	31/12/2011
Reais	15.766	14.347	9.987	6.521
US\$	45	66	45	66
Contas a Pagar a Fornecedores	15.811	14.413	10.032	6.587

NOTA 16 - EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

			Control	adora	Consol	idado
Modalidade	Encargos Anuais	Moeda	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2012	31/12/2011
NO BRASIL						
Circulante						
Capital de Giro	Juros de 5,50 6,75 a.a.	Reais	20.504	11.241	20.504	11.241
Adiantamentos de Câmbio	Juros 1,95% a 3% a.a. (+) V.C.	Dolares	8.257	6.042	8.257	6.042
Finep	Juros de 4% a.a.	Reais	506	-	506	-
Total Circulante			29.267	17.283	29.267	17.283
Não-Circulante						
Prodec	Ufir	Reais	2.808	899	2.808	899
Finep	Juros de 4% a.a.	Reais	3.212	868	3.212	868
Total Não-Circulante			6.020	1.767	6.020	1.767
Total de Empréstimos e Financi	amentos		35.287	19.050	35.287	19.050



	Controla	idora	Consolid	lado
Empréstimos e Financiamento por Ano de Vencimento	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2012	31/12/2011
2012	-	17.283	-	17.283
2013	29.267	31	29.267	31
2014	670	115	670	115
2015	1.614	1.033	1.614	1.033
2016	2.381	142	2.381	142
2017 em diante	1.355	446	1.355	446
	35.287	19.050	35.287	19.050

Os valores contábeis dos empréstimos e financiamentos aproximam-se de seu valor justo, pois os encargos estão reconhecidos pró-rata.

Os financiamentos são garantidos por avais e penhor cedular.

NOTA 17 - IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL CORRENTE E DIFERIDO

Co		adora	Consolidado	
Ativo	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2012	31/12/2011
Imposto de Renda a Compensar	2.302	3.729	2.377	3.840
Contribuição Social a Compensar	31	274	31	274
Total Ativo Circulante	2.333	4.003	2.408	4.114
_				
IRPJ Diferido sobre Prejuízo Fiscal	3.385	3.958	3.385	3.958
IRPJ Diferido sobre Outras Diferênças Temporárias	2.172	1.632	2.172	1.632
IRPJ Diferido	5.557	5.590	5.557	5.590
CSLL Diferido sobre Base Negativa	1.002	1.208	1.002	1.208
CSLL Diferido sobre Outras Diferênças Temporárias	782	588	782	588
CSLL Diferido	1.784	1.796	1.784	1.796
Total Ativo Não-Circulante	7.341	7.386	7.341	7.386

	Controladora		Consoli	dado
Passivo	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2012	31/12/2011
Provisão IRPJ	-	183	258	400
Provisão CSLL	<u>-</u>		126	122
Total Passivo Circulante	-	183	384	522
IRPJ Diferido sobre Custo Atribuído	39.682	40.686	39.682	40.686
IRPJ Diferido sobre Depreciação Vida Útil	5.821	3.984	5.821	3.984
IRPJ Diferido sobre Outras Diferênças Temporárias	10	10	10	10
IRPJ Diferido	45.513	44.680	45.513	44.680
CSLL Diferido sobre Custo Atribuído	14.285	14.647	14.285	14.647
CSLL Diferido sobre Depreciação Vida Útil	2.096	1.434	2.096	1.434
CSLL Diferido sobre Outras Diferênças Temporárias	3	4	3	4
CSLL Diferido	16.384	16.085	16.384	16.085
Total Passivo Não-Circulante	61.897	60.765	61.897	60.765



	Control	adora	Consolidado	
Conciliação do IRPJ e CSLL no Resultado	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2012	31/12/2011
Lucro antes dos Tributos sobre o Lucro	23.161	26.262	24.717	28.002
Alíquota nominal	34%	34%	34%	34%
IRPJ e CSLL Calculados a Alíquota Nominal	(7.875)	(8.929)	(8.404)	(9.521)
Ajustes para Apuração do IRPJ e CSLL Efetivos:				
Resultado de Equivalência Patrimonial	1.437	1.725	-	-
Incentivos Fiscais	2.218	1.977	2.218	1.977
Juros sobre Capital Próprio	3.085	3.173	3.085	3.173
Outros Ajustes	(1.042)	(84)	(615)	512
IRPJ e CSLL no Resultado	(2.177)	(2.138)	(3.716)	(3.859)
Tributos Correntes	(503)	(841)	(2.042)	(2.562)
Tributos Diferidos	(1.674)	(1.297)	(1.674)	(1.297)
Alíquota Efetiva	9,40%	8,14%	15,03%	13,78%

17.1 Tributos Diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são calculados sobre os prejuízos fiscais do imposto de renda, a base negativa de contribuição social e as correspondentes diferenças temporárias entre as bases de cálculo do imposto sobre ativos e passivos e os valores contábeis das demonstrações financeiras, apurados em conformidade com o pronunciamento do IBRACON e pela Deliberação CVM nº 599/09 e Instrução CVM nº 371/02.

As alíquotas desses impostos, definidas atualmente para determinação desses créditos diferidos, são de 25% para o imposto de renda e de 9% para a contribuição social.

Impostos diferidos ativos são reconhecidos na extensão em que seja provável que o lucro futuro tributável esteja disponível para ser utilizado na compensação das diferenças temporárias, com base em projeções de resultados futuros elaboradas e fundamentadas em premissas internas e em cenários econômicos futuros aprovados pelo Conselho de Administração.

Atendendo a instrução CVM nº 371/02, referente ao registro do ativo fiscal diferido decorrente de provisões e de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, a Companhia realizou em 31 de dezembro de 2012 a atualização do estudo técnico contendo as projeções econômico-financeiras.

	Controladora	Consolidado
2013	981	981
2014	1.748	1.748
2015	1.658	1.658
Total	4.387	4.387

NOTA 18 - CONTINGÊNCIAS

18.1 Contingências Ativas

A Companhia e sua controlada COMFIO Cia. Catarinense de Fiação mantêm ação judicial sob nº 98.0101083-5, impetrada em 10/03/1998, em fase de Execução de Sentença, objetivando ver reconhecido o direito ao recebimento dos valores exigidos a título de Empréstimo Compulsório da Eletrobrás, desde a data do efetivo pagamento, de acordo com os índices de inflação sem qualquer expurgo até a sua efetiva restituição, acrescidos de seus consectários legais, dos respectivos valores pagos nos períodos de 1977 a 1994, que permanecem em discussão no valor de R\$ 20.238 mil.



18.2 Contingências Passivas

A Companhia e suas controladas mantêm provisões para contingências de natureza trabalhista. A administração prevê que a provisão para contingência constituída é suficiente para cobrir eventuais perdas com processos judiciais. Parte destas contingências está suportada por depósitos judiciais relacionadas aos processos em discussão.

Controladora		adora	Consolidado	
Contingências Trabalhistas	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2012	31/12/2011
Saldo Inicial da Provisão	239	138	239	140
Constituídas Durante o Exercício	149	101	149	101
Reversão de Provisões	(64)	-	(64)	(2)
Saldo Final da Provisão	324	239	324	239
Depósitos Judiciais Relacionados	(136)	(100)	(166)	(100)
Efeito Líquido	188	139	158	139

Adicionalmente às provisões registradas existem outros passivos contingentes (Tributária, Trabalhista e Civil), cuja possibilidade de perda, avaliada pelos nossos assessores jurídicos, não exige constituição de provisão.

	Control	Controladora		
Natureza	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2012	31/12/2011
Tributárias	13.319	9.492	16.315	10.859
Trabalhistas	712	520	845	628
Cívil	2.210	808	2.210	808
	16.241	10.820	19.370	12.295

NOTA 19 - RECEITAS A APROPRIAR

	Control	Controladora		dado
	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2012	31/12/2011
Prodec	768	353	768	353
Finep	1.321	443	1.321	443
EGF	139	-	139	-
Total receitas a apropriar	2.228	796	2.228	796

Os valores lançados como receitas diferidas referem-se a subvenção de empréstimo subsidiado da empresa Döhler S.A., gerado pela diferença entre os encargos decorrentes do uso da taxa cobrada e a taxa de juros de mercado, que será reconhecida no resultado quando da realização das despesas destes encargos.

NOTA 20 - PARTES RELACIONADAS

20.1 Transações com Partes Relacionadas

As seguintes transações foram conduzidas com partes relacionadas:

	Ativo Cir	Ativo Circulante		irculante
	Ctas. a R	Ctas. a Receber		Pagar
	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2012	31/12/2011
Comfio	-	4	7.044	8.942
Döhler U.S.A.	1.454	837	204	-
Controladas	1.454	841	7.248	8.942
Pessoas Ligadas	=	-	1.894	781
	1.454	841	9.142	9.723
				_



Comfio Döhler U.S.A.

Vendas		
31/12/2012	31/12/2011	
387	381	
1.330	941	
1.717	1.322	

Compras				
31/12/2012	31/12/2011			
36.924	44.215			
-	-			
36.924	44.215			

Todas as transações com partes relacionadas foram realizadas de acordo com os parâmetros de mercado.

20.2 Remuneração do Pessoal Chave da Administração

Conforme estabelecido e aprovado nas atas da controladora e suas controladas foi atribuída à remuneração dos administradores, sendo esta remuneração caracterizada como benefício de curto prazo. Os demais tipos de remuneração listados no CPC 05 – Divulgação Sobre Partes Relacionadas, não são aplicados.

Benefícios de Curto Prazo:

	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2012	31/12/2011
Remuneração de Conselheiros Fiscais	148	138	148	138
Remuneração de Diretores	3.005	2.782	3.057	2.830
Encargos Sociais dos Conselheiros Fiscais e Diretores	419	793	425	807
Saldo	3.572	3.713	3.630	3.775

NOTA 21 - PATRIMÔNIO LÍQUIDO

21.1 Capital Social

O Capital Social é de R\$ 150.000 representado por 50.430.190 ações, sendo 36.311.880 ordinárias e 14.118.310 preferenciais.

Às ações preferenciais são assegurados os direitos que a Lei confere às ações ordinárias, exceto o direito a voto e direito de serem incluídos em eventual oferta pública de alienação de controle. As preferências consistem em: a) Prioridade no reembolso do capital sem prêmio, em caso de liquidação da Sociedade; b) Direito ao recebimento de um dividendo, por ação preferencial, 10% (dez por cento) maior do que o atribuído a cada ação ordinária.

21.2 Proposta de Distribuição do Resultado

A política de distribuição de dividendos e/ou juros sobre o Capital Próprio, na forma da Lei nº 9.249/95, imputados aos dividendos, está estabelecida na letra "c" do artigo 22 do Estatuto Social, de 25% no mínimo do lucro líquido ajustado na forma do artigo 202 da Lei nº 6.404/76. Em 19/12/2012 o Conselho da Administração deliberou sobre o pagamento de juros a título de remuneração do capital próprio a serem imputados como dividendos pela aprovação da Assembleia Geral Ordinária. A Companhia propõe a seguinte distribuição:

	2012	2011
Lucro Líquido do Exercício	20.984	24.124
(-) Constituição de Reserva Legal - 5%	(1.050)	(1.206)
(-) Subvenção p/Investimentos	(6.524)	(5.816)
(=) Lucro Base para os Dividendos	13.410	17.102
Juros s/Capital Próprio p/ Ações Ordinárias (R\$ 0,175 bruto e R\$ 0,14875 líquido p/ação)	(6.354)	-
Juros s/Capital Próprio p/ Ações Preferenciais (R\$ 0,1925 bruto e R\$ 0,163625 líquido p/ação)	(2.718)	-
Juros s/Capital Próprio p/ Ações Ordinárias (R\$ 0,18 bruto e R\$ 0,153 líquido p/ação)	-	(6.536)
Juros s/Capital Próprio p/ Ações Preferenciais (R\$ 0,198 bruto e R\$ 0,1683 líquido p/ação)	-	(2.795)
Total Dividendos e Juros s/Capital Próprio	(9.072)	(9.331)
Lucros Retidos	10.862	13.587



O Lucro Líquido remanescente do exercício de 2012 no montante de R\$ 10.862, mais o saldo de lucros acumulados de R\$ 3.299 decorrente da realização do custo atribuído do imobilizado pela depreciação, destina-se à Reserva para Investimentos o valor de R\$ 7.637 para fazer face a futuros investimentos, cujo o orçamento de Capital será submetido à Assembleia Geral, e para Reserva de Subvenção para Investimentos o valor de R\$ 6.524.

NOTA 22 - RECEITAS COM VENDAS

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2012	31/12/2011
Mercado Interno	359.431	346.140	359.748	346.498
Mercado Externo	30.294	26.691	30.083	26.960
Receita Operacional Bruta	389.725	372.831	389.831	373.458
(-) Impostos s/ Vendas e Devoluções	(75.960)	(72.296)	(76.153)	(72.370)
Receita de Vendas	313.765	300.535	313.678	301.088

NOTA 23 - DESPESAS OPERACIONAIS POR NATUREZA

A Companhia optou por apresentar a Demonstração do Resultado por função. Conforme requerido pelo IFRS, apresenta a seguir, o detalhamento da demonstração do resultado consolidado por natureza:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2012	31/12/2011
NATUREZA DA DESPESA				
Depreciação e Amortização	6.968	6.509	7.973	7.434
Despesas com Pessoal	89.940	87.765	107.059	103.997
Matéirias-Primas e Materiais de Uso e Consumo	160.504	150.795	135.437	125.563
Serviços de Terceiros	34.892	33.558	36.627	34.224
Outras Despesas Operacionais	6.835	5.840	7.288	7.659
	299.139	284.467	294.384	278.877
FUNÇÃO DA DESPESA				
Custo dos Produtos e Serviços Vendidos	232.792	221.080	225.821	213.264
Despesas com Vendas	45.755	43.304	46.374	43.546
Despesas Gerais e Administrativas	17.234	17.250	18.129	18.342
Outras Despesas Operacionais	3.358	2.833	4.060	3.725
	299.139	284.467	294.384	278.877

NOTA 24 - INFORMAÇÕES POR SEGMENTO

Segmentos operacionais são definidos como componentes de um empreendimento para os quais informações financeiras separadas estão disponíveis e são avaliadas de forma regular pelo principal tomador de decisões operacionais, com o objetivo de como alocar recursos para um segmento individual e avaliar seu desempenho. Tendo em vista que as decisões relativas a planejamento estratégico, financeiro, compras, investimentos e aplicação de recursos, bem como a avaliação de desempenho dos investimentos e dos principais executivos da Companhia são feitas em base consolidada, a Companhia concluiu que possui somente um segmento operacional.

A Companhia em seu conjunto forma uma indústria integrada de fiação, tecelagem e acabamento de tecidos planos e confeccionados. Não há na Companhia a segmentação operacional entre as categorias de vendas, sendo os relatórios



suportes à tomada de decisões estratégicas e operacionais sempre consolidados. Não há unidades operacionais específicas para cada categoria de produtos vendidos.

NOTA 25 - RECEITAS E DESPESAS FINANCEIRAS

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2012	31/12/2011
Receitas Financeiras				
Receitas de Aplicações Financeiras	4.966	4.823	5.428	5.586
Descontos Auferidos	214	255	216	273
Juros Recebidos	747	2.043	748	2.043
Juros sobre Remuneração Capital Próprio	151	153	244	248
Variações Cambiais	3.460	3.340	3.482	3.240
Total das Receitas Financeiras	9.538	10.614	10.118	11.390
Despesas Financeiras				
Despesas Bancárias	620	587	637	641
Juros de Empréstimos e Financiamentos	877	1.111	877	1.408
Variações Cambiais Passivas	2.907	2.565	2.907	2.565
Descontos Concedidos	2.779	1.883	2.779	1.886
Outras Despesas Financeiras	690	124	785	124
Total das Despesas Financeiras	7.873	6.270	7.985	6.624
Resultado Financeiro Líquido	1.665	4.344	2.133	4.766

NOTA 26 - OUTRAS RECEITAS E DESPESAS

	Controladora		Consolidado	
-	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2012	31/12/2011
Outras Receitas Operacionais				
Receita de Venda de Ativos Imobilizados	12	162	12	162
Créditos s/Exportação - REINTEGRA	922	-	922	-
Receitas de Subvenções	369	-	369	-
Reversão de Provisões	123	267	124	272
Tributos Recuperados Judicialmente	-	-	-	-
Outras Receitas	1.217	347	1.863	591
-	2.643	776	3.290	1.025
Outras Despesas Operacionais				
Custo Baix a Ativo Imobilizado	(49)	(2)	(98)	(2)
Provisão p/Perdas de Créditos a Receber	-	(258)	-	(258)
Provisão p/Realização a Valor de Mercado	(341)	(195)	(349)	(409)
Constituição de Provisões Trabalhistas	(149)	(101)	(149)	(101)
Participações Empregados	(1.857)	(2.260)	(2.205)	(2.685)
Outras Despesas	(962)	(17)	(1.259)	(270)
•	(3.358)	(2.833)	(4.060)	(3.725)
Outras Receitas / Despesas Operacionais Líquidas	(715)	(2.057)	(770)	(2.700)



NOTA 27 - RESULTADO POR AÇÃO

O lucro básico e diluído por ação é calculado mediante a divisão do lucro atribuível aos acionistas da sociedade pela quantidade de ações emitidas.

	31/12/2012	31/12/2011
Numerador		
Lucro Líquido do Exercício Atribuído aos Acionistas da Companhia		
Lucro Disponív el aos Acionistas Preferenciais	6.286	7.227
Lucro Disponível aos Acionistas Ordinários	14.698	16.897
	20.984	24.124
Denominador (em milhares de ações)		
Quantidade de Ações Preferenciais Emitidas	14.118	14.118
Quantidade de Ações Ordinárias Emitidas	36.312	36.312
Total	50.430	50.430
Resultado Básico e Diluído por Ação (em Reais)		
Ação Preferencial	0,445	0,512
Ação Ordinária	0,405	0,465

NOTA 28 - INCENTIVOS FISCAIS - SUBVENÇÃO PARA INVESTIMENTOS

A Companhia utiliza como incentivo fiscal o crédito de ICMS presumido nas saídas de artigos têxteis, benefício que está previsto no art.15 do Anexo 2 do RICMS/SC-01, e seu valor correspondente está sendo investido na modernização e ampliação do parque fabril. O valor de R\$ 6.524 apurado no período está reconhecido na Demonstração de Resultado do Exercício, no grupo de Deduções da Receita Bruta. Na destinação dos Lucros Acumulados, compõe as Reservas de Lucros em conta específica de Reserva de Subvenção para Investimentos, no qual não fará parte da base de cálculo para distribuição de dividendos.

NOTA 29 - INFORMAÇÃO SUPLEMENTAR - EBITDA (LAJIDA)

Apresentamos abaixo a medição econômica LAJIDA (lucro antes dos juros, imposto de renda, depreciação e amortização), conforme Instrução CVM nº 257/2012.

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2012	31/12/2011
Receita Operacional Líquida	313.765	300.535	313.678	301.088
Custo dos Produtos Vendidos	(232.792)	(221.080)	(225.821)	(213.264)
Lucro Operacional Bruto	80.973	79.455	87.857	87.824
(-) Despesas com Vendas	(45.755)	(43.304)	(46.374)	(43.546)
(-) Despesas Gerais, Administrativas e Operacionais	(17.234)	(17.250)	(18.129)	(18.342)
(+) Outras Receitas Operacionais	2.643	1.988	3.290	2.366
(-) Outras Despesas Operacionais	(3.358)	(4.055)	(4.060)	(5.066)
(+) Resultado de Equivalência Patrimionial	4.227	5.074	-	-
(+) Depreciação/ Amortização	6.968	6.509	7.973	7.433
EBITDA	28.464	28.417	30.557	30.669
% s/ Receita Operacional Líquida	9,07%	9,46%	9,74%	10,19%



NOTA 30 - COBERTURA DE SEGUROS

Os bens da Companhia e suas controladas estão segurados pelo valor de R\$ 360.000 para o conjunto de bens do Ativo Imobilizado e Estoques. A administração considera que o montante de cobertura de seguros é suficiente para cobrir eventuais sinistros em suas instalações industriais e administrativas.